



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/216/2023	13/01/2023	Sai-AP/2023/21	09/02/2023

ASSUNTO: Requerimento n.º 538/XII (CH) – “Contrato para a aquisição de assessoria clínica”, apresentado pelo Senhor Deputado José Pacheco, da Representação Parlamentar do Chega

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito Senhor Deputado José Pacheco, da Representação Parlamentar do Chega, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

1. Como decorreu o referido processo concursal, explicando, detalhadamente, os contornos do concurso público e apresentando o caderno de encargos da ATLIMEDS;

O procedimento pré-contratual decorreu nos termos da legislação aplicável, designadamente de acordo com os trâmites legais previstos para o tipo de procedimento em causa, nos termos do disposto pelo artigo 130.º e ss. do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação então em vigor, e por remissão do n.º 1 do artigo 15.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro. Acrescenta-se também que, nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 62.º do CCP, foi obrigatoriamente utilizada uma plataforma eletrónica de contratação pública para a tramitação do referido procedimento, pelo que se disponibiliza o fluxo do procedimento na plataforma acinGov, nos termos do qual é possível perceber, detalhadamente, as etapas do concurso público (anexo).

Junta-se, igualmente, o Caderno de Encargos aprovado pela entidade adjudicante, a Secretaria Regional da Saúde e Desporto, através da Direção Regional da Saúde.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

2. Quantas e quais as empresas que apresentaram propostas ao concurso público do Procedimento nº 10/2022 para a aquisição dos serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde?

Anexo.

3. Por que motivo o Governo Regional escolheu a proposta apresentada pela ATLIMEDS?

A adjudicação resultou da análise da proposta apresentada, submetida a aprovação do órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 125.º do CCP, e conforme resulta do Projeto de Decisão de Adjudicação, em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**
Data: 2023.02.09 15:42:17-01'00'



PROCEDIMENTO N.º 10/2022



CONCURSO PÚBLICO
PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA
CLÍNICA NO ÂMBITO DA REFORMA DO MODELO DE
GOVERNAÇÃO DO SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE,
NO ÂMBITO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E
RESILIÊNCIA, DIMENSÃO RESILIÊNCIA, COMPONENTE
1, INVESTIMENTO RE-C01-i08-RAA – HOSPITAL
DIGITAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Caderno de Encargos

Classificação CPV

85141000-9: Serviços prestados pelo pessoal médico

Caderno de Encargos

TÍTULO I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde (SRS), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, com as especificações técnicas e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula Segunda

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e respetivos anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada;
 - f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

5 - O adjudicatário que tenha dúvidas na interpretação dos documentos contratuais deve colocá-las à Direção Regional da Saúde (DRS).

Cláusula Terceira

Prazo de vigência do contrato

Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além do termo do prazo contratual, designadamente em termos de sigilo, o contrato tem a duração de **36 (trinta e seis) meses** desde a data da sua assinatura.

Cláusula Quarta

Preço base

O preço base aplicável ao presente procedimento, nos termos do artigo 47.º do CCP, é de 198.000,00 € (cento e noventa e oito mil euros), no qual não se inclui o IVA.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Quinta

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) Prestar assessoria clínica presencial por intermédio de recurso médico, em cumprimento das especificações do Anexo I a este caderno de encargos;

Procedimento n.º 10/2022

Caderno de Encargos

b) Prestar as atividades de apoio e assessoria clínica previstas no âmbito da reforma do modelo de governação do SRS, no âmbito do projeto “Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores”;

c) Participar nas reuniões de contratualização, monitorização e preparação do processo de contratualização junto das Unidades de Saúde de Ilha e Hospitais (US).

2 - O prestador de serviços recorre aos meios que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, postos à disposição pelo contraente público, tendo em vista a organização e bom funcionamento do contrato.

Cláusula Sexta

Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do contrato compreendem:

a) A elaboração de um plano estratégico de objetivos e operacional da metodologia proposta para a atualização e consolidação de ferramentas, incluindo a configuração de principais indicadores de produção e desempenho da respetiva execução da mesma, com levantamento de necessidades e plano de atividades a desenvolver no triénio, a entregar no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

b) Apoio presencial na DRS, para execução das restantes atividades contratuais, durante todo o período de vigência do contrato.

Cláusula Sétima

Forma de execução do serviço

1 - A execução do contrato é efetuada através:

a) Do acompanhamento das Direções de Serviço envolvidas, de forma presencial e com periodicidade semanal;

b) Da participação nas reuniões de acompanhamento a realizar na DRS, Secretaria Regional da Saúde e Desporto (SRSD) ou nas instalações das US do SRS;

c) Da produção e avaliação da documentação de suporte aos processos definidos no caderno de encargos.

2 - Para os efeitos previstos na alínea b) do número anterior, estima-se até 15 (quinze) deslocações anuais, de períodos não superiores a 3 (três) dias.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

3 - Os serviços previstos no n.º 1 terão a duração mensal estimada de 120 (cento e vinte) horas, devendo ser prestadas em horário normal de funcionamento dos serviços envolvidos.

4 - O horário, para efeitos do disposto nos números anteriores, é articulado e compatível com o horário da DRS, ajustado em função das atividades, e acordado com os responsáveis envolvidos.

5 - Para efeitos do número anterior, são calendarizados, no mês imediatamente anterior, os dias e horários da prestação de serviço para o mês seguinte.

6 - O escalonamento do primeiro mês ocorrerá no ato de assinatura do contrato.

7 - No final da execução do contrato, o prestador de serviços apresenta um relatório final de execução das atividades, com base no previsto no plano geral e nos planos específicos de atividades.

8 - Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula Oitava

Transferência da propriedade

1 - Com a entrega e incorporação, nos relatórios e documentos da DRS, dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato, ocorre, a favor do contraente público, a transferência da respetiva posse e propriedade, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula Nona

Dever de sigilo

1 - O cocontratante obriga-se ao cumprimento de todas as normas previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados e na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, designadamente quanto aos dados em saúde, devendo guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao SRS, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que, à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, sejam comprovadamente do domínio público, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula Décima

Preço contratual

1 - Pela correta execução de todas as prestações objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público paga ao cocontratante o valor constante da proposta adjudicada, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2 - O preço final a pagar é resultante do número de horas de assessoria efetivamente prestada, considerando o seu valor unitário.

3 - O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo, designadamente, os relativos a deslocações e estadias no local de execução do contrato.

4 - Os custos inerentes às deslocações e estadias que resultem do planeamento e execução das reuniões presenciais com as US do SRS, nos termos da alínea b) do n.º 1 da cláusula 7.ª, são suportados pelo contraente público.

Cláusula Décima Primeira

Condições de pagamento

1 - Os pagamentos são efetuados nos termos seguintes:

a) Com a entrega do documento previsto na alínea a) da cláusula 6.ª, o montante respetivo previsto na proposta adjudicada;

b) Mensalmente, o valor previsto na proposta adjudicada, correspondente às 120 (cento e vinte) horas relativas à execução do serviço previsto na alínea b) da cláusula

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

6.^a, sendo efetuado, no mês seguinte, o acerto de eventuais diferenças de horas realizadas no mês em questão.

2 - As quantias devidas pelo contraente público, acrescidas de IVA à taxa legal em vigor, nos termos dos pontos anteriores, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhes subjaz, e a emissão da respetiva nota de encomenda.

3 - As faturas devem mencionar em detalhe os da execução contratual a que dizem respeito.

4 - Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve o contraente público comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários, proceder à emissão de nova fatura corrigida ou emitir nota de crédito, caso seja solicitado.

5 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o NIB a indicar pelo cocontratante.

6 - Não há lugar à realização de pagamentos antecipados.

CAPÍTULO III

VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula Décima Segunda

Mora do cocontratante

1 - O fornecedor incorre em mora sempre que não der cumprimento pontual e integral às obrigações que, por determinação do Contrato ou por determinação do contraente público, ao abrigo do mesmo, se encontrem sujeitas a prazo.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando, nas obrigações sujeitas a prazo, se verifique que cocontratante cumpriu de forma defeituosa as obrigações a que estava vinculado, o contraente público notifica-o para proceder ao cumprimento correto e integral das obrigações cumpridas defeituosamente, conferindo, para o efeito, prazo não superior a 10 (dez) dias.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

3 - Não se aplica o disposto nos números anteriores quando o atraso se deva a atos imputáveis ao contraente público ou que resultem de força maior.

Cláusula Décima Terceira

Penalidades

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, designadamente quanto às datas e prazos de execução fixados, o contraente público pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da prestação de serviço em falta e da gravidade do incumprimento, até ao limite de 1 % (um por cento) do valor contratual relativo à prestação em falta, por cada dia de atraso, sem prejuízo da cláusula penal prevista.

2 - Por incumprimento total ou parcial pelo cocontratante, que leve à resolução do contrato, o contraente público pode aplicar uma pena pecuniária de até 20 % (vinte por cento) do preço contratual total ou da parte em falta, conforme a situação.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1 da presente cláusula, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

5 - O contraente público pode compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas pelo cocontratante, nos termos da presente cláusula.

6 - Quando não haja lugar à compensação referida no número anterior, as penalidades aplicadas devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação ao cocontratante para esse efeito.

7 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Procedimento n.º 10/2022

Caderno de Encargos

Cláusula Décima Quarta

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato, e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham, se aplicável;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados, se aplicável;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Procedimento n.º 10/2022

Caderno de Encargos

5 - A verificação de situação de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento em causa.

Cláusula Décima Quinta

Resolução do contrato pelo contraente público

1 - O contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, quando as obrigações contratuais previstas sejam grave ou reiteradamente incumpridas pelo cocontratante.

2 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei ou no presente clausulado, o contraente público pode ainda resolver o contrato, sempre que o cocontratante, durante a sua vigência, se apresente, designadamente, em qualquer das seguintes condições:

- a) Estado de falência ou insolvência, ou em processo com fins análogos;
- b) Cessação de atividade;
- c) Condenação por crime que afete a sua idoneidade profissional e não tenha ocorrido a sua reabilitação judicial;
- d) Violação sistemática das condições contratuais;
- e) Atraso, total ou parcial, nos fornecimentos e prestação de serviços objeto do contrato, que exceda 30 (trinta) dias no prazo global;
- f) Declaração por escrito que o atraso em determinada execução excederá o prazo referido na alínea anterior;
- g) Não entrega de documentos de atualização comprovativos de inexistência de dívidas à Segurança Social e à Administração Fiscal;
- h) Prestação de falsas declarações relativamente a terceiros subcontratados, se aplicável;
- i) Cessão da posição contratual sem autorização do contraente público;
- j) Não execução, em caso de mora, da prestação respetiva, no prazo que lhe haja sido razoavelmente fixado pelo contraente público;
- k) Verificação de situação de força maior, quando a impossibilidade de cumprimento se torne definitiva ou implique comprovadamente um atraso na prestação

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

do serviço objeto do fornecimento superior ao permitido no contrato para este tipo de situação;

l) Atraso no cumprimento das obrigações decorrentes de garantia superior ao prazo fixado pelo contraente público no contrato;

m) Atingido o montante máximo previsto de penalidades.

3 - O direito de resolução referido no número anterior é exercido mediante declaração enviada ao cocontratante e produz efeitos 5 (cinco) dias após a receção dessa declaração, não sendo afastado se o cocontratante cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das penas pecuniárias correspondentes.

4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

5 - O não exercício do direito previsto na presente cláusula não implica a renúncia ao mesmo por parte do contraente público.

Cláusula Décima Sexta

Resolução do contrato pelo cocontratante

1 - O cocontratante só pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Verificação de atraso no pagamento, pelo contraente público, de qualquer fatura, por período superior a 6 (seis) meses, e desde que a mesma não tenha sido objeto de reclamação;

b) Verificação de montante de crédito vencido, excluindo juros, igual ou superior a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato;

2 - O direito de resolução referido no número anterior é exercido mediante declaração ao contraente público, e produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso, durante aquele prazo, acrescidas dos juros a que houver lugar.

Procedimento n.º 10/2022

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Sétima

Notificações, informações e comunicações

1 - As notificações, informações ou comunicações a enviar por qualquer das partes deverão ser efetuadas:

- a) Por carta registada com aviso de receção, ou diretamente contra recibo, desde que seja para cumprimento do preceituado na lei ou no clausulado contratual, ou envolva a contagem de prazos;
- b) Por via postal;
- c) Pessoalmente, por fax, ou por e-mail, se a urgência do caso recomendar o uso de tais meios.

2 - As notificações, informações e comunicações devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

3 - As notificações, informações ou comunicações referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual da parte a que se destinem, identificados no contrato.

4 - Salvo estipulação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do contrato, só produzem efeitos após a notificação.

5 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula Décima Oitava

Regras para a contagem de prazos

A contagem dos prazos de execução contratual é feita nos termos do artigo 471.º do CCP, e de acordo com as seguintes regras:

- a) Não se inclui o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr;

Procedimento n.º 10/2022

Caderno de Encargos

- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia a que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, sendo que, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado, ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula Décima Nona

Seguros

- 1 - É da responsabilidade do cocontratante, no âmbito da presente prestação de serviços, a cobertura, através de contratos de seguro obrigatório por lei, para os recursos técnicos ou humanos afetos ao serviço contratualizado.
- 2 - O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula Vigésima

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1 - A subcontratação dos serviços a prestar, por parte do cocontratante, depende de autorização prévia por parte do contraente público.
- 2 - O cocontratante é sempre responsável pelo incumprimento de terceiros, seus subcontratados.
- 3 - A cessão da posição contratual, por qualquer uma das partes, depende da autorização da outra, nos termos do CCP.
- 4 - Para efeitos de obtenção da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada, pelo eventual cessionário, toda a documentação exigida ao cocontratante selecionado no respetivo procedimento, nomeadamente de que não se encontra em

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como a apresentação dos demais documentos de habilitação exigidos no Programa do Procedimento.

Cláusula Vigésima Primeira

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Vigésima Segunda

Gestor do contrato

O contraente público designa, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 290.º-A do CCP, um Gestor do Contrato, cabendo-lhe o acompanhamento permanente da execução do contrato, designadamente a monitorização dos níveis de desempenho técnico e financeiro do prestador de serviços, e respetiva avaliação anual.

Cláusula Vigésima Terceira

Disposições legais e contratuais aplicáveis

Na celebração do contrato, e quanto a tudo o que não estiver nele especialmente regulado, observar-se o disposto:

- a) No CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor;
- b) No Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na redação em vigor;
- c) Nas normas portuguesas e comunitárias aplicáveis.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

TÍTULO II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula Vigésima Quarta

Serviços a prestar

O objeto do contrato a celebrar consiste na aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde (SRS), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores.

Cláusula Vigésima Quinta

Requisitos específicos

Os serviços a fornecer devem cumprir obrigatoriamente as especificações técnicas mínimas previstas no **ANEXO I** do presente caderno de encargos.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PREÇO BASE

OBJETO:

Serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores.

PREÇO BASE:

198.000,00 € (cento e noventa e oito mil euros)*, sendo que para a execução da fase que consta da alínea a) da referida cláusula 6.^a do Caderno de Encargos (elaboração do plano estratégico), apenas pode ser alocado o montante máximo de 9.000,00 € (nove mil euros)

*(a proposta deverá ser apresentada com um valor por hora, com estimativa mensal de 120 horas)

ABRANGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

A prestação de serviços ocorrerá em matérias relativamente às quais não existem recursos internos na DRS, designadamente atividades de consultadoria médica, aconselhamento técnico e apoio no âmbito da reforma do modelo de governação do SRS, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, tais como:

- Planeamento e implementação da reformulação do modelo de gestão do SRS;
- Aconselhamento técnico em gestão da qualidade e informação de gestão;
- Apoio à DRS nas questões com implicação e necessidade de avaliação crítica na área clínica, incluindo avaliações de produtividade e desempenho, através de análises de *benchmarking* clínico, nos indicadores esperados para o Global das Unidades de Saúde do SRS, seus serviços, patologias/procedimentos, episódios e desempenho por médico;

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- Avaliação, definição, negociação e monitorização do modelo de financiamento;
- Proposta de novos KPI's, incluindo a elaboração dos BI dos Indicadores propostos e definidos;
- Apoio no desenvolvimento dos KPI hospitalares;
- Colaboração com a DRS no esclarecimento de dúvidas em vista a assegurar a incorporação da informação hospitalar;
- Participação nas reuniões com as Unidades de Saúde do SRS;
- Colaboração na assessoria e elaboração das metodologias a adotar;
- Implementação e acompanhamento dos processos descritos nos pontos anteriores que implicam apoio técnico na área clínica;
- Outras atividades solicitadas pela DRS que se revelem necessárias à boa execução do objeto da prestação de serviços.

REQUISITOS MÍNIMOS:

1 Médico, com especialidade reconhecida em Medicina Geral e Familiar conferida pela Ordem dos Médicos, com formação em gestão de saúde

LOCAL DE EXECUÇÃO:

Direção Regional de Saúde (presencial)

PRAZO DE EXECUÇÃO:

36 meses

FASES DE EXECUÇÃO (CLÁUSULA 6.ª DO CADERNO DE ENCARGOS):

- A) entrega de documento com planeamento estratégico e planificação dos trabalhos: até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato.
- B) Assessoria mensal presencial**: 36 meses (120 horas mensais estimadas)

**Os dias e horários da prestação de serviço serão acordados mensalmente para o mês subsequente (o escalonamento do 1º mês ocorrerá no ato de assinatura do contrato)

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Informação de abertura

Referência do Procedimento

10/2022

Data da decisão de contratar

2022-10-10

Referência Interna do Pedido

Concurso público para aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde (SRS), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA □ Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Objeto do Contrato

Aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde (SRS), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA □ Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores.

Designação do Contrato

Aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde (SRS), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA □ Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores.

Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

Classificação CPV (Vocabulário Comum dos Contratos Públicos)**Objeto principal**

Vocabulário principal: 85141000-9

Regime legal aplicável

Código dos Contratos Públicos (DL 111-B/2017) e DLR nº 27/2015/A, de 29.12

Localização geográfica da execução do contrato

Região Autónoma dos Açores - Angra do Heroísmo - Todas

Preço base

198.000,00 euros

Local da execução do contrato

Angra do Heroísmo

Prazo da execução do contrato

36 Meses

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Direção Regional da Saúde, sito em Solar dos Remédios, 9701-855 Angra do Heroísmo, com os números de telefone 295204200 e de fax 295204255 e com o endereço eletrónico SRES.Contabilidade@azores.gov.pt.

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro?

Não

Este procedimento será publicitado no Jornal Oficial da União Europeia?

Não.

Projeto e/ou programa financiado por fundos comunitários

O contrato que se pretende celebrar está relacionado com um projeto e/ou programa financiado por fundos comunitários. Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA □ Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante

acinGov (www.acingov.pt).

Critério de Adjudicação


O critério de adjudicação é Multifator, atendendo aos seguintes fatores e subfatores:

- 1 - Experiência dos recursos alocados à execução do contrato com peso específico de 40% sendo avaliado através de uma escala de 0.000 a 0.040.
- 2 - Formação dos recursos alocados à execução do contrato com peso específico de 30% sendo avaliado através de uma escala de 0.000 a 0.030.
- 3 - Preço com peso específico de 30% sendo avaliado através de uma escala de 0.000 a 0.030.

Júri do Procedimento

Função	Identificação
Elemento efetivo (Presidente)	Tânia Valadão Meneses
Elemento efetivo	Leila Sofia da Ponte Monteiro
Elemento efetivo	João Borba
Elemento suplente	Luísa Melo Alves
Elemento suplente	Raquel Sofia e Areia Costa Dias

Abertura do Procedimento

Utilizador	Data	Despacho
Rute Silva	2022-11-09 12:48:44	Despacho de Sua Excelência, o Secretário Regional da Saúde e Desporto, datado de 10 de outubro de 2022. 

Publicação do procedimento na plataforma eletrónica

Data de envio para o DR: 0000-00-00
Data de publicação no DR: 0000-00-00
Número Diário da República:
Anúncio de procedimento DR:

Data da Publicação na plataforma: 2022-11-10 10:07:49
Utilizador Responsável pela Publicação na plataforma: Rute Silva

Datas de Referência:

Data e hora limite para a apresentação das propostas : **2022-11-15 23:59**
Data e hora limite para a entrega de pedidos de esclarecimento: **2022-11-12 23:59**
Data e hora limite para a entrega de listas de erros ou omissões: **2022-11-12 23:59**

Peças do procedimento

Programa do Procedimento
Caderno de Encargos

Abertura das Propostas recebidas pela Entidade Adjudicante

A abertura das propostas foi formalizada por **Leila Sofia da Ponte Monteiro em 2022-11-16 12:17:22.**

Audiência prévia

Concorrente	Data de Disponibilização
Não existem registos a apresentar	

Propostas recebidas pela Entidade Adjudicante

Ordem	Código	Referência	Concorrente	Data de receção	Estado da Proposta
1	0.0	DRS_02_2022	Atlimeds - Integrated Medical Solutions, Lda	2022/11/14 23:41:26	Admitida

Histórico de admissão e exclusão das propostas

Concorrente	Estado da Proposta	Data de Realização	Responsável	Fundamentação de facto	Fundamentação de direito
Atlimeds - Integrated Medical Solutions, Lda	Admitida	2022-12-02 10:19:29	Rute Silva		

Esclarecimentos sobre as propostas

Concorrente	Data do pedido	Descrição sumária do pedido	Data da resposta	Descrição sumária da resposta
Não existem registos a apresentar				

Análise e avaliação das propostas recebidas pela Entidade Adjudicante

Relatório	Data de Disponibilização	Audiência prévia
Relatório Preliminar	2022-12-02 10:24:18	O período de audiência prévia terminou em 2022-12-12 .
Relatório final	2022/12/02 10:33:45	

Decisão de Adjudicação

Utilizador responsável:	Rute Silva
Despacho:	Por despacho de Sua Excelência, o Secretário Regional da Saúde e Desporto, datado de 30 de novembro de 2022.
Data do despacho:	2022-11-30
Utilizador responsável pelo despacho:	Rute Silva
Estado:	Foi formalizada a decisão no dia 2022/12/02 10:33:45 .
Adjudicatário(s) :	Atlimeds - Integrated Medical Solutions, Lda (513847707)
Preço contratual :	198.000,00 Euros + IVA
Data limite de entrega dos documentos de habilitação:	2022-12-12

Entrega dos documentos de habilitação

Utilizador responsável pela entrega:	João Sarmento
Data da apresentação:	2022-12-08 12:05:51
Adjudicatário(s) :	Atlimeds - Integrated Medical Solutions, Lda (513847707)
Utilizador responsável pela análise:	Rute Silva
Data da análise:	2022-12-15 11:43:26
Análise:	Não foram detetadas irregularidades.

Minuta do contrato

Utilizador responsável pela aprovação: Rute Silva

Data da aprovação: 2022-12-02 10:33:58

Despacho: Por despacho de Sua Excelência, o Secretário Regional da Saúde e Desporto, datado de 30 de novembro de 2022.

Estado: A minuta foi aprovada e disponibilizada.

Formalização por parte da Entidade Adjudicatária: Ao abrigo do disposto no artigo 102.º do CCP, o adjudicatário, representado por **João Sarmento**, formalizou a sua concordância expressa com o teor da minuta do contrato em **2022-12-08 12:12:26**.

Outorga do contrato

A outorga do contrato foi agendada por **Rute Silva**.
Foi definido que a outorga do contrato fosse realizada através de um meio de comunicação a acordar com o adjudicatário.
O contrato outorgado foi carregado e disponibilizado por **Rute Silva** em **2022-12-21 11:48:06**.

Lista de concorrentes

Entidade	Direção Regional da Saúde
Data	2022-11-16 15:41:08
Nº Procedimento	10/2022

A publicação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica foi realizada por **Leila Sofia da Ponte Monteiro** em **2022-11-16 15:41:08**.

Concorrente(s)

513847707 - Atlimeds - Integrated Medical Solutions, Lda



PROJETO DE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

(art.º 125.º do CCP)

PROCEDIMENTO N.º 10/2022

**CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSESSORIA CLÍNICA NO ÂMBITO DA REFORMA DO MODELO DE
GOVERNAÇÃO DO SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE, NO ÂMBITO DO
PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA, DIMENSÃO RESILIÊNCIA,
COMPONENTE 1, INVESTIMENTO RE-C01-i08-RAA – HOSPITAL DIGITAL
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

I) INTRODUÇÃO

Por despacho de Sua Excelência, o Secretário Regional da Saúde e Desporto, datado de 10 de outubro de 2022 e no seguimento de autorização prévia de Sua Excelência, o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, mediante despacho de 2 de setembro, foi autorizada a abertura de Concurso Público, sem publicidade internacional, para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde (SRS), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores (doravante, apenas designado por "Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica"), com fundamento na 2.ª parte da alínea b) do artigo 20.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

Por anúncio de procedimento n.º 489/2022, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II Série, n.º 216, de 10 de novembro, foi lançado o Procedimento n.º 10/2022, a que se refere o Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica, tendo sido publicitado na plataforma eletrónica de contratação pública, *acinGov*.

No dia 16 de novembro de 2022, procedeu-se, através da referida plataforma eletrónica, à descriptação e abertura das propostas, bem como à publicação da lista de concorrentes, estruturada conforme a ordem de chegada das mesmas, nos termos seguintes:

- **Concorrente n.º 1: ALTIMEDS – INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS, LDA.**, entregue a 14 de novembro de 2022, pelas 23:41 horas.

Publicada a lista de concorrentes, não se verificou qualquer reclamação sobre a mesma.

II) ANÁLISE DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

Considerando o disposto no Programa do Procedimento (doravante, apenas “Programa”), cumpre avaliar a proposta apresentada, tendo em conta os diversos requisitos formais ali previstos.

Nessa conformidade, verificou-se que a proposta cumpriu o prazo de entrega previsto, foi apresentada através da plataforma eletrónica de contratação pública *acinGov* e contempla todos os documentos exigidos, em conformidade com o preceituado nos pontos 14.1, 13.1 e 10, respetivamente, do Programa.

Após, procedeu-se à análise dos parâmetros base exigidos pelo presente procedimento, designadamente o preço base, prazo de execução e especificações de cumprimento obrigatório, nos termos do disposto no Caderno de Encargos.

Assim, verificou-se que o valor da proposta, de 198.000,00 € (cento e noventa e oito mil euros), é igual ao preço base previsto e que o prazo de execução é de 36 (trinta e seis) meses, em cumprimento do disposto no Anexo I do Caderno de Encargos.

Da avaliação técnica da proposta verificou-se que a mesma está em conformidade com as especificações técnicas e requisitos exigidos, pelo que está em condições de ser admitida e avaliada de acordo com o critério de adjudicação previsto no Anexo II do Programa e que se reproduz no ponto seguinte.

III) **CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

O critério no qual se baseia a apreciação das propostas e consequente adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinado através da modalidade multifator, de acordo com o modelo de avaliação constante do Anexo II do Programa e através do qual são avaliados 3 fatores:

Fatores	Ponderação (%)
E- Experiência dos recursos locados à execução do contrato	40
F – Formação dos recursos alocados à execução do contrato	30
P - Preço	30

Sendo que, a pontuação final (PF) é determinada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PF = 0,4 \times E + 0,3 \times F + 0,3 \times P$$

Atento o disposto no referido Anexo II do Programa, cada fator será avaliado da seguinte forma:

A. FATOR “E” (Experiência dos recursos locados à execução do contrato):

	Pontuação
Experiência comprovada na assessoria clínica do processo de contratualização de Unidades de Saúde do Serviço Regional de Saúde dos Açores de 4 ou mais anos de duração	100 pontos
Experiência comprovada na assessoria clínica do processo de contratualização de Unidades de Saúde do Serviço Regional de Saúde dos Açores de 3 anos de duração	50 pontos
Experiência comprovada na assessoria clínica do processo de contratualização de Unidades de Saúde do Serviço Regional de Saúde dos Açores até 2 anos de duração	30 pontos
Sem experiência comprovada na assessoria clínica do processo de contratualização de Unidades de Saúde do Serviço Regional de Saúde dos Açores	0 pontos

B. FATOR “F” (Formação do recurso médico alocado à execução do contrato):

	Pontuação
Com doutoramento em gestão de saúde	100 pontos
Com mestrado em gestão de saúde	75 pontos
Com formação equivalente à pós-graduada em gestão de saúde	30 pontos

C. FATOR “P” (Preço):

Avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = \frac{P_{\text{base}} - P_{\text{proposta}}}{P_{\text{base}}} \times 100$$

IV) AVALIAÇÃO DA PROPOSTA APLICANDO O CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Conciliando as diversas pontuações, mediante os fatores acima elencados, obtém-se a seguinte classificação final:

Concorrente/Proposta	Fator “E”	Fator “F”	Fator “P”	Pontuação final (PF)
1.º - ALTIMEDS – INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS, LDA.	0	75	0	22,5

De acordo com as classificações obtidas, a ordenação dos concorrentes/propostas é a seguinte:

- 1.º) Concorrente n.º 1 ALTIMEDS – INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS, LDA., com **22,5 pontos**.

V) CONCLUSÃO

Analisada a proposta e respetivos atributos, nos termos do disposto no artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos, entende-se que a proposta cumpre com os requisitos técnicos e legais, propondo-se a adjudicação do Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica à empresa “**ATLIMEDS - INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS, LDA**” (NIPC 513 847 707), pelo valor global de **198.000,00 € (cento e noventa e oito mil euros)** - correspondente a 9.000,00 € (nove mil euros) pela indicação do planeamento estratégico e

planificação dos trabalhos e 189.000,00 € (cento e oitenta e nove mil euros) pela assessoria mensal presencial para 120 (cento e vinte) horas mensais estimadas, num prazo máximo de 36 (trinta) e seis meses e cujo preço/hora é de 43,75 € (quarenta e três e setenta e cinco cêntimos) -, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior.

Angra do Heroísmo, 24 de novembro de 2022.